

O campo como um lugar de extração de riquezas naturais e implantação de monoculturas

The countryside as a place for extracting natural riches and implementing monocultures

El campo como lugar de extracción de riquezas naturales e implementación de monocultivos

Estefany Gabriele Pereira de SOUZA¹

Submetido em: 28/02/2025

Aceito em: 12/03/2025

Publicado em: 17/05/2025

RESUMO

O local conhecido popularmente como roça é associado a um espaço natural, um contato significativo de diálogos, experiências e vivências em comunidade. No entanto, decorrente das transformações e novos interesses advindos do sistema capitalista, alguns ambientes campestres estão tornando-se um laboratório para produtores rurais que investem expansivamente no agronegócio. Ademais, há uma realidade que ocorre desde o processo de colonização no Brasil, as extrações de riquezas naturais para serem utilizadas como matéria prima de algumas produções, a exemplo de lenhas, que são obtidas por meio do corte de árvores. A prática do plantio para a monocultura também é um exemplo de exploração que ocorre no campo, uma vez que os produtores rurais compram terras de pequenos agricultores, moradores da comunidade, para expandir plantações de uma única espécie. Desse modo, é preciso refletir acerca dos processos de violências que ocorrem em torno

¹ Universidade Federal de Sergipe.

do campo, as quais manifestam-se como uma maneira de discriminação sobre os modos de vida que se encontram nesses locais e também com o intuito de apropriar-se dos territórios. Ademais, é preciso que ocorra um fortalecimento comunitário nos locais que ocorrem apropriações e violência, para que os moradores consigam identificar e mobilizar-se contra essas práticas. O presente trabalho visa dialogar sobre o quanto essas situações impactam no modo de vida da população da comunidade, consequentemente refletir sobre formas de resistir a essas transgressões. A produção desse material ocorreu através da análise crítica de algumas bibliografias que trabalham acerca do tema, a partir de uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Campo; exploração; agronegócio; monoculturas.

ABSTRACT

The place popularly known as roça is associated with a natural space, a significant contact for dialogue, experiences and community experiences. However, as a result of transformations and new interests arising from the capitalist system, some rural environments are becoming a laboratory for rural producers who invest extensively in agribusiness. Furthermore, there is a reality that has occurred since the colonization process in Brazil, the extraction of natural wealth to be used as raw material for some productions, such as firewood, which is obtained through cutting down trees. The practice of planting for monoculture is also an example of exploitation that occurs in the countryside, as rural producers buy land from small farmers, residents of the community, to expand plantations of a single species. Therefore, it is necessary to reflect on the processes of violence that occur around the countryside, which manifest themselves as a form of discrimination against the ways of life found in these places and also with the aim of appropriating the territories. Furthermore, community strengthening needs to occur in places where appropriations and violence occur, so that residents are able to identify and mobilize against these practices. This work aims to discuss how these situations impact the way of life of the community's population, consequently reflecting on ways to resist these transgressions. The production of this material occurred through the critical analysis of some bibliographies that work on the topic, based on a qualitative approach.

Keywords: Field; exploration; agribusiness; monocultures.

RESUMEN

El lugar conocido popularmente como roça se asocia a un espacio natural, un contacto significativo para el diálogo, las vivencias y las vivencias comunitarias. Sin embargo, como resultado de las transformaciones y los nuevos intereses surgidos del sistema capitalista, algunos entornos rurales se están convirtiendo en



laboratorios para productores rurales que invierten ampliamente en agronegocios. Además, hay una realidad que se da desde el proceso de colonización en Brasil, la extracción de riquezas naturales para ser utilizadas como materia prima para algunas producciones, como la leña, que se obtiene mediante la tala de árboles. La práctica de plantar para monocultivos también es un ejemplo de explotación que se da en el campo, ya que los productores rurales compran tierras a pequeños agricultores, residentes de la comunidad, para ampliar las plantaciones de una sola especie. Por lo tanto, es necesario reflexionar sobre los procesos de violencia que se dan en el entorno del campo, que se manifiestan como una forma de discriminación de las formas de vida que se encuentran en estos lugares y también con el objetivo de apropiarse de los territorios. Además, es necesario fortalecer la comunidad en lugares donde ocurren apropiaciones y violencia, para que los residentes puedan identificar y movilizarse contra estas prácticas. Este trabajo tiene como objetivo discutir cómo estas situaciones impactan el modo de vida de la población de la comunidad, reflexionando en consecuencia sobre formas de resistir estas transgresiones. La producción de este material ocurrió a través del análisis crítico de algunas bibliografías que trabajan el tema, con base en un enfoque cualitativo.

Palabras clave: Campo; exploración; agronegocios; monocultivos.

1 INTRODUÇÃO

A caracterização de uma comunidade campesina ocorre a partir de um agrupamento de pessoas que encontram motivos em comum para estarem em determinado ambiente. Ademais, ocorre o processo de formação cultural a qual mostra as atividades econômicas, rituais, partilhas e desejos que permeiam o local. Ao pensar nessa forma de existir, como algo mais singular e voltado para a solidariedade é que são designadas as comunidades, entretanto em meio ao processo de globalização que visa estar em todos os locais e transformá-los resistir a forma de viver voltada para a coletividade torna-se um desafio nos tempos atuais, onde a maioria busca seguir um modelo global, e os campos estão sendo invadidos pelos produtores rurais e até mesmo empresas que visam o capital.

Diante disso, Bauman (2003) expõe que o mundo passa por diversas transformações, uma vez que as relações políticas, sociais e principalmente



humanas já não são sólidas como em tempos passados, e que essa situação ameaça a maneira de viver de muitos, então em meio a tantas inseguranças alguns buscam um lugar seguro, tranquilo que esteja mais imune de tantas mudanças e que esse local são as comunidades. Contudo, existem contrapontos, pois a busca pela comunidade deveria ser um ideal de liberdade, entretanto é encarado socialmente como um distanciamento, principalmente da modernidade e do processo de urbanização que invade cada vez mais espaços com o intuito de estabelecer o sistema capitalista de forma mais intensa para alguns lugares. Desse modo, uma vez que a urbanização chega até uma comunidade rural inicia-se o processo de periurbanização, o qual afeta os modos de vida dos moradores desses territórios.

Pois, é preciso perceber que aspectos como a periurbanização, a expansão do agronegócio é o processo na qual a vida urbana aproxima-se do rural por meio do estilo de vida, da agilidade, comercializações, exportações, maior quantidade de habitantes e transformações no espaço. É um processo que é bem-visto por alguns e renegado por outros. Principalmente quando o mercado imobiliário visa realizar investimentos na área para obter lucros em detrimento de classes em condições de vulnerabilidade econômica e que não possuem acesso a pessoas que possa as representar para defendê-las.

Ademais, é importante pensar que alguns locais possuem uma formação mais voltada para o coletivo e que possuem uma relação harmoniosa com a natureza, as quais são conhecidas como comunidades, devido as fortes características e hábitos que possuem. No entanto, esses ambientes estão sendo invadidos por aqueles que querem implantar o “progresso”, sem importa-se que já existe uma familiaridade, valores, hábitos culturais que não desejam a chegada de avanços que visam modificar as matrizes daqueles moradores.



Diante desse cenário, é preciso refletir sobre o quanto ações como essa afetam a vida das pessoas que estão sofrendo violações dentro de seus territórios de habitações, os quais não são vistos apenas como um bem material, mas sim como um ambiente que nasce da ancestralidade, permaneceu por muito tempo, mas que em nome da inovação e novas demandas estão sendo invadidos. É preciso perceber que os impactos socioambientais afetam as vidas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Modos de vida e uso dos recursos naturais no campo

O conceito de *comunidade* gera uma ampla discussão, justamente porque muitos locais estão aderindo a esse termo para representar o seu local de vivência. Desse modo, é preciso entender que a palavra *comunidade* faz referência a um conjunto de pessoas que convivem no mesmo ambiente e mesmo cada sujeito com suas particularidades, em um todo possuem características em comum a partir de suas relações sociais.

Ao pensar sobre a formação de uma comunidade um dos primeiros aspectos a ser analisado é a localização dessa, pois isso influencia em características como a cultura, economia e condições sociais dos moradores. Desse modo, as comunidades costumam ser classificadas como rurais ou urbanas. Uma vez que as rurais são caracterizadas por atividades voltadas ao campo, como a agricultura, pecuária etc. Enquanto nas áreas urbanas há uma circulação maior de pessoas, presença de indústrias, comércios, um maior acesso a infraestrutura e mercado de trabalho.

De acordo com o sociólogo alemão Tonnies (1973) a existência de uma comunidade ocorre a partir de aspectos como o parentesco, a divisão espacial, a religião e principalmente através do encontro de pensamentos e ideias, que seriam vontades em comum. A formação de uma comunidade campesina, ocorre através das vivências que foram construídas no ambiente. A exemplo de atividades que são

desenvolvidas no local pelos moradores, como a agricultura, caça, pesca, pecuária etc. Assim, são constituídas experiências diferentes do que se encontra na zona urbana. Nesse espaço há um contato mais intenso com as riquezas naturais, a exemplo da água, que são armazenadas em poços, tanques. As verduras, as quais são plantadas, cuidadas e colhidas para posteriormente serem levadas até as famílias para o próprio consumo.

É pensando nessas práticas cotidianas, que se pode dizer que o estilo de vida rural é bem diferente do urbano. Um dos exemplos são crianças e os momentos de lazer que essas desenvolvem em suas localidades, enquanto a criança que mora na zona rural possui experiências como colher frutos das árvores, banho em rios ou fontes, caça e pesca de animais, brincar de bola no terreiro etc. A criança da zona urbana possui uma realidade mais voltada para jogos digitais, assistir televisão, parques nas praças da cidade etc.

Brincar em casa ou em locais fechados é um hábito que está intensificando-se entre as crianças da zona urbana, principalmente por conta do ciclo de violência presente nas ruas. No entanto, no campo as brincadeiras na rua ainda são parte da realidade do público infantil, o que proporciona uma infância com maior autonomia, conexão com a natureza, socialização com a vizinhança e familiares, sentimento de pertencimento.

Isso porque, a comunidade campesina tende a ter uma relação mais profunda com o seu meio ambiente, para assim desenvolver suas práticas. Diante dessas vivências existem os processos em que os moradores fazem uso daquilo que a natureza primitiva produz, no entanto, comunidades campesinas, tradicionais, quilombolas sabem respeitar o tempo de regeneração da natureza, para não causar desequilíbrios ambientais. Ainda assim, uma parcela da sociedade, que não faz parte dessas comunidades, não considera o quanto essas são importantes para a conservação desses locais. Esses mesmos são os que buscam apropriar-se dos meios naturais, chegando no campo para extrair matéria-prima, e implantar as



monoculturas como uma forma de dominação do território. Ademais, é preciso refletir que todas as transformações que ocorrem dentro da comunidade, gera impactos na vida dos moradores dessa.

Esse cenário é considerado como um lado positivo, para alguns, por ser visto como um processo de “modernização”. Entretanto, é preciso questionar o que é modernizar-se? Ao pensar nesse conceito é possível citar algumas características do que é considerado como moderno, a exemplo do processo de urbanização, que valoriza tecnologias digitais, prédios verticais, ambientes climatizados, shopping center etc. Nessa perspectiva fica evidente que é uma modernização que não alcança a todos e que visa excluir aqueles que não possuem um poder aquisitivo para pertencer a esse mundo ou que geograficamente está distante. Consequentemente aquele que não atende ao moderno está a margem, habitando locais desqualificados socialmente, invisibilizados para muitos. E aquele que visam o “progresso”, a “modernização” e a “riqueza” se veem no direito de invadir territórios, para dominar e apropriar-se.

2.2 O campo como um espaço para a expansão do agronegócio

Ao pensar na realidade do campo, de um lado temos a população que se preocupa com a conservação do meio ambiente, práticas para a recuperação da terra, respeito a biodiversidade. E em outro ângulo, um grupo de pessoas que visualizam a terra, a agricultura, a pecuária através da lucratividade, um conjunto de atividade também conhecido como agronegócio. É importante salientar, que o agronegócio visa um alta produção, ocultando as implicações que essa extensa produtividade causa a nível socioambiental.

O campo está tornando-se um alvo para diferentes intenções, e dentre elas poucas se preocupam de fato com o que foi construído pelos moradores ou até mesmo com o bem-estar daqueles que constituem as comunidades. Muito pelo



contrário, práticas do agronegócio desencadeiam um processo ainda maior de desigualdade social. Uma vez que os produtores rurais estão adquirindo uma maior concentração de terra, utilizando recursos públicos, apropriando-se de riquezas naturais para elevar o número de exportações no Brasil e ainda assim utilizam o discurso de que geram a maior parte da riqueza do país. Por conseguinte, é preciso questionar: *quem detém os benefícios dessa riqueza produzida pelo agronegócio? E quem são os maiores prejudicados?*

O agronegócio alcança a expansão de forma camuflada e em algumas situações os camponeses não percebem. Pois, parte de uma proposta de compra de um território que era destinado para a agricultura familiar na comunidade ou até mesmo uma área que os moradores não percebem grandes potenciais, mas que o produtor rural e sua equipe já visualiza como um lucro futuro. Assim, manipulam e persuadem os pequenos agricultores a venderem suas propriedades, para adentrarem no local. Desse modo, novas organizações começam a chegar nas comunidades, afetando as pequenas produções agrícolas, que conseqüentemente passam a não ser valorizadas como antes em razão da expansão do agronegócio e do poder que os produtores rurais possuem.

Nessa perspectiva, Penteado (2003, p. 31) expõe que “As impositivas questões da sobrevivência imediata, tais como alimentação moradia e transporte, de solução inadiável por dizerem respeito à própria preservação da vida, ficam entregues a iniciativas individuais, num verdadeiro “salve-se quem puder”. Assim, ao pensar no “salve-se quem puder” fica subentendido que para aqueles que possuem boas condições financeiras é mais fácil. E os demais ficam desamparados.

Uma das fortes características do agronegócio é a implantação de monoculturas. Em uma perspectiva histórica, os latifúndios aderem as monoculturas desde o período colonial. Esse modo de produção, apesar de aparentar ser uma categoria para alcançar uma ampla exportação, gera alguns impactos

socioambientais. Alguns modelos de produção agrícola avançam em decorrência ao processo de industrialização e do progresso que o sistema capitalista internalizou na sociedade. Assim, a monocultura no campo vai sendo implementada, por meio de extensas plantações de milho, coqueiros, soja etc. A partir de uma visão ecológica, a qual defende a existência da biodiversidade e um solo fértil, as monoculturas são uma forma prejudicial para o ecossistema e também são uma forma de domínio territorial. Derani e Scholz (2017, p. 11) afirmam:

Qualquer alteração do cenário natural já reduz a diversidade biológica do ambiente, nos casos de monocultura o desequilíbrio é marcante. Desta forma, o plantio de uma modalidade de planta impede a diversidade genética da cultura, bem como favorece o aumento da população de patógenos e pragas de forma epidêmica que não encontram resistência natural e podem colocar em risco toda a cultura. As monoculturas rompem os ciclos ambientais e possuem uma necessidade permanente de subsídios externos (fertilizantes e agrotóxicos). (Derani e Scholz; 2017; p.11)

2.3 Histórico no Brasil das relações desiguais de poder e o uso da terra

O processo de formação do território que é atualmente chamado de Brasil ocorreu através de das disputas territoriais, assim os conflitos ambientais não é um fenômeno novo. Uma vez que alguns acontecimentos, já possuem um histórico marcado pelas relações de poder e não pelo denominador *justiça*. É preciso questionar-se por que houve o processo de colonização e escravidão? Seria porque de fato, historicamente, os brancos, ricos sempre tentaram exercer a dominação? E se assim for, o sistema funciona apenas para atender os interesses dos capitalistas em detrimento do sofrimento dos pretos e pobres, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A nível de refletir sobre questões socioeconômicas e também socioambientais, é preciso perceber que o grupo com melhores condições financeiras acessam as vantagens, o lucro. Enquanto isso, os pobres sofrem com a alta nos preços dos



alimentos e com as ausências que passam a fazer parte do cotidiano. Em momentos de crises os que mais sofrem são os que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao analisar crises mundiais, a exemplo da pandemia da Covid-19, fica visível que o álcool 70%, máscaras, internet e diversas outras tecnologias digitais tornaram-se produtos e serviços inacessíveis para aqueles que não tinham condições de pagar. Para a população com alto poder aquisitivo, adquirir esses não era uma dificuldade.

Em situações como as intensas ondas de calor, os que mais sofrem são aqueles que não possuem condições de estar ambientes com ar-condicionado ou ventilador, ou até mesmo que não possuem as mínimas condições de manter-se hidratados como adequado para a saúde. Enquanto isso, a classe alta tem acesso a essas condições que fornecem uma qualidade de vida. Em algumas realidades a parcela populacional em situação de vulnerabilidade não compreende o quanto ele é vítima de um sistema capitalista que se fortalece através do sofrimento da classe trabalhadora.

Diante desse cenário, Maricato (2008) afirma que a terra sempre foi um objeto que gerou disputas e exclusão. Sendo assim, inúmeros conflitos rodeiam o meio ambiente e seus territórios, a exemplo do desmatamento, utilização de agrotóxicos nas plantações e facilitação da aquisição de terras para os ricos, enquanto há uma dificuldade para aqueles que de fato precisam. Isso, configura-se na estruturação das favelas, na formação de grupos sem-terra, tráficos etc.

É com base nisso, que Maricato (2008) apresenta a teoria da ilegalidade da propriedade da terra. Na qual a ideia seria que houvesse uma distribuição justa para todos em relação a terra, no entanto sempre existe um grupo que é privilegiado. Assim, a autora expõe que a desigualdade social é gritante a ponto terras da união serem utilizadas na construção de condomínios fechados e esse é mais uma das

diversas formas em que as propriedades concentram-se nas mãos dos ricos e deixam a desejar em relação aos pobres.

Ademais, é visível que para aqueles que não possuem acesso às terras os movimentos que visam protestar em torno disso são criminalizados constantemente, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Desse modo, algumas estratégias são traçadas para amenizar a situação das desigualdades e impactos socioambientais a exemplo da Reforma Agrária, que possui como objetivo fazer uma melhor distribuição de terras, defendendo que toda terra deve ter uma função social e não deve estar parada.

Diante dessas circunstâncias, de que nem tudo que está na lei ocorre, que Oliveira (2018) discute sobre o que ele chama de jeitinho, jeitão. Mostrando que foi um perfil brasileiro transmitido das classes dominantes para as classes dominadas. O qual funciona com o objetivo de alcançar as situações de uma forma mais fácil, sem seguir as regras. Assim, pode ser dito que funciona o Brasil em relação a distribuição de terras, pois de fato aqueles que necessitam por muitas vezes não estão alcançando-as e estão habitando áreas ilegais. Além disso, é perceptível que o Rio de Janeiro estava na época de incorporar músicas no estilo reconhecido como Bossa Nova, uma vez que utilizou o samba como uma maneira de levar a cultura africana para o Rio de Janeiro e para o Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com os estudos realizados acerca das Ciências Ambientais e a interdisciplinaridade presente nessa fica visível que para pensar nas questões ambientais é preciso transcender a visualização do descarte incorreto dos resíduos sólidos, o plantio de árvores, a limpeza de terrenos baldios etc. É preciso pensar como as ações humanas direcionadas a natureza está causando impactos socioambientais.



Por meio disso, as questões ambientais tornaram-se uma temática muito discutida e exposta por diferentes visões. Uma vez que sempre existiu uma relação entre o ser humano e a natureza. Nessa perspectiva, os estudiosos visam explicar algumas situações voltadas para o ambiente e a atuação humana nesse. Diante desse cenário, as problemáticas socioambientais foram intensificando-se com o decorrer do tempo, o processo da globalização e do capitalismo e a partir desses foram estabelecendo-se novas necessidades e interesses.

Sendo assim é imprescindível mencionar que levar uma discussão sobre a Educação Ambiental é instigar os sujeitos a perceberem os locais onde estão inseridos, as transformações que ocorrem nesse e os impactos socioambientais que permeiam suas vidas. Compreendendo assim, a necessidade de manter um equilíbrio entre a utilização dos meios naturais e sua conservação.

Bem como compreender que a existência e formação das comunidades influencia na realidade dos habitantes, bem como suas formas de pensar. Uma vez que eles desenvolvem um sistema para que na comunidade tudo funcione harmoniosamente desde as atividades econômicas até mesmo em relação as atividades culturais e rituais como um bate papo, política da vizinhança, partilha de alimentos. Então são aspectos singulares que raramente é visualizado no mundo urbano e que em meio a uma sociedade baseada em mudanças constantes sem raízes sólidas, também há a tentativa de tirar essas características da comunidade rural por meio de uma periurbanização há uma imersão das realidades.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge

CAMPOS, Jaqueline de Arruda. **Entre o urbano e o rural:** uma análise da periurbanização na região metropolitana de Natal-RN. 2018. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.



CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 1962.

MARICATO, Ermínia. **O nó da terra**. (2008). Disponível em:
<https://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminiamaricato/>

OLIVEIRA, Francisco. "Jeitinho e jeitão". In: **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, p. 137-146, 2018.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.(Coleção Questões da Nossa Época)

ROLNIK, Raquel. "Definindo a cidade". In: **O que é Cidade**. São Paulo: Basiliense, 2012. P. 11-32.

SILVA, Solange Teles da. Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana. **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. São Paulo, v. 1, pp. 121-137, 2003. Disponível em:
<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/SolangeTeles_Políticas-Pub-Sustentabilidade.pdf> Acesso em 10 de out. de 2022.

SOUZA, R. et. al. **Cenários urbanos: riscos e vulnerabilidade na gestão territorial**-Aracaju: Criação, 2016.

TÔNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típicoideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

